

Ameaças ao futuro da escola pública

ÉREM DE AGUIAR MARANHÃO

Nas últimas três décadas, o Brasil conquistou inegáveis avanços na área educacional, embora ainda prevaleça um quadro de agudos contrastes regionais. Um dos indicadores mais positivos foi a ampliação da cobertura escolar, que já alcança cerca de 96% das crianças e adolescentes na faixa de 7 a 14 anos. Outro fato auspicioso é a forte expansão do ensino médio que, entre 1991 e 1998, cresceu 114% nas redes estaduais.

Estes avanços foram alcançados pela mobilização da sociedade e pelos esforços da União, estados e municípios para aumentar os investimentos públicos na educação. De fato, a oferta educacional é predominantemente pública em todos os níveis de ensino, exceto no ensino superior que tem uma participação maior do setor privado. As escolas públicas respondem por cerca de 92% da matrícula no ensino fundamental e de 85% no ensino médio. Na soma da matrícula dos diferentes níveis de ensino, as redes públicas atendem 45,3 milhões de alunos, o equivalente a uma vez e meia a população da Argentina.

Para sustentar um sistema educacional desse porte — que deverá seguir em expansão na próxima década para garantir o direito de todos à educação — o Poder Público conta com recursos vinculados e fontes específicas de financiamento. Uma delas é a contribuição social do salário-educação, instituída na década de 60, quando o Estado brasileiro decidiu assumir com maior empenho a responsabilidade de promover a universalização do acesso ao ensino básico. Estes recursos foram e continuam sendo indispensáveis para o desenvolvimento do ensino funda-

mental público.

É com a receita do salário-educação, proveniente de 2,5% da folha de pagamento das empresas, que o Governo federal mantém programas como Livro Didático, Dinheiro na Escola, TV Escola, Biblioteca do Professor e uma série de ações que contribuem para a melhoria do ensino público. Os estados e municípios também dependem desses recursos para desenvolver programas de capacitação de professores e aceleração da aprendizagem, transporte escolar, construção, ampliação e reforma de escolas, melhoria dos equipamentos escolares e um conjunto de outras iniciativas que beneficiam diretamente cerca de 33 milhões de alunos do ensino fundamental.

No entanto, há dois anos a fonte do salário-educação começou a sofrer redução, ameaçando a continuidade de todos estes programas. Em 1998, a frustração de receita foi de 11%, o equivalente a R\$ 316 milhões. Para este ano, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) prevê uma nova queda de 5%. Dessa forma, a arrecadação total do salário-educação deverá ficar em torno de R\$ 2,3 bilhões, bem abaixo dos R\$ 2,8 bilhões arrecadados em 1997. Como a perda de receita é cumulativa, em dois anos o prejuízo já supera R\$ 800 milhões.

Este fenômeno vem sendo provocado por ações judiciais contra a cobrança do salário-educação. Em todo o país, já tramitam cerca de 17 mil processos, representando os interesses de um conjunto de mais de 20 mil empresas. Todas as ações questionam a legalidade da exigência do seu recolhimento no período posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, alegando-se falhas na sua regulamentação. A questão deverá ser dirimida pelo Supremo Tribunal

Federal (STF), no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 3/98, suscitada pelo Ministério da Educação.

Além de ter se tornado alvo de uma ofensiva jurídica, movida por empresários sem compromisso com o futuro da escola pública, o salário-educação passou a ser ameaçado pela reforma tributária, em discussão no Congresso Nacional. O relatório preliminar, apresentado na semana passada, propõe sua extinção. As notícias ruins não param por aí. A educação poderá perder recursos com a redução da base de cálculo sobre a qual incide a vinculação constitucional. A proposta do relator, embora mantendo os percentuais atuais para a educação — 25% das receitas dos estados e municípios e 18% das receitas da União — sugere que sejam descontadas as transferências para o Legislativo e o Judiciário.

Num cenário de forte crescimento da demanda, especialmente no ensino médio, é um verdadeiro atentado ao bom senso pretender reduzir os investimentos públicos na educação. Este retrocesso anularia os benefícios redistributivo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Sem os recursos do salário-educação e sem qualquer garantia de que essa perda seria compensada pela nova Contribuição Social Geral, a ser instituída pela reforma, os sistemas estaduais e municipais de ensino não terão condições de manter os níveis atuais de atendimento sem um rebaixamento da qualidade, que já é insatisfatória.

Esta proposta conspira, portanto, contra o esforço que a sociedade brasileira vem fazendo para que todas as crianças tenham lugar na escola, colocando o Brasil na contramão do caminho que está sendo seguido pelos países mais desenvolvi-

dos, que elegeram a educação como a principal estratégia para aumentar a competitividade no mundo globalizado. A redução de recursos para a educação, defendida pelo relator da reforma tributária, não leva em conta que o Brasil já vem gastando apenas 4,6% do PIB na educação, percentual bem inferior ao gasto médio de países como França, Inglaterra, Estados Unidos e Japão.

Se o Governo, por obra do Congresso Nacional, reduzir o seu compromisso com o financiamento da educação e se as empresas, por decisão dos tribunais, ficarem desobrigadas do recolhimento do salário-educação, qual será o destino dos cerca de 33 milhões de alunos que hoje freqüentam as escolas públicas de ensino fundamental? E o futuro dos jovens que estão batendo às portas do ensino médio? Como combater a pobreza de forma eficaz sem garantir o mínimo de equidade na educação, direito elementar de cidadania?

Estas são algumas das questões que o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), representante institucional dos sistemas estaduais de ensino — responsáveis pelo atendimento de 17,3 milhões de alunos no ensino fundamental, 5,3 milhões no ensino médio e 1,7 milhão em programas de educação de jovens e adultos — propõe para debater como todos os setores que se preocupam com futuro da escola pública, ameaçado pelo movimento orquestrado contra o salário-educação e pela proposta de corte do orçamento da educação incorporada ao projeto de reforma tributária.

ÉREM DE AGUIAR MARANHÃO é secretário de Estado da Educação de Pernambuco.